

O REERGUMENTO MORAL DOS “HOMENS DE CÔR”: a articulação de uma identidade nas páginas dos jornais negros paulistas entre 1915-1926.

CARLOS ANTONIO DOS REIS*

Na virada do século XIX para o XX, a adoção de um influente argumento racial forjado pela ciência passou a classificar africanos e seus descendentes nas posições mais baixas da evolução humana. Imagens da África, do africano e do negro apareciam de forma diluída numa espécie de “figura híbrida do africano/escravo” (OLIVA, 2009) que prevalecia num conjunto de debates na literatura, na imprensa e em estudos científicos e que acabava por equalizar os nativos que ainda se encontravam em seu continente de origem e os que para cá foram trazidos como cativos – bem como seus descendentes – num estágio cultural inferior. Em muitos pensadores brasileiros, tendo por *fundo-comum* as máximas do darwinismo social, a tendência foi sobrepor a figura idealizada do europeu/branco frente aos demais tipos étnicos, em especial aos que portavam em seus traços – cor da pele, textura do cabelo, feições do rosto – alguma ascendência africana. Mais que isso, que partilhavam de um repertório de hábitos e tradições que os condicionavam a *lugares-comuns* tais como imorais, indolentes, intelectualmente incapazes, promíscuos, fetichistas, entre outros carregados de negatividade.

A questão racial configura-se, portanto, como uma das tópicas fundamentais sobre a qual se assentou a busca de uma identidade nacional no país compondo por vezes, juntamente com outros elementos – meio adverso, herança colonial portuguesa –, a chave explicativa através da qual diversos intérpretes do Brasil bem como seus intérpretores explicaram, cada um a seu modo, as razões para o “fracasso” político da construção efetiva de uma nação e de um ser nacional nestas terras. Análises que, como bem demonstra Stella Bresciani (2001: 425), encontram-se “permeadas de forte apelo emocional cujo traço mais marcante é sem dúvida o ressentimento”. Ressente-se do que o país poderia ter sido; lamenta-se a ausência de um lugar idealizado que, por razões diversas – pesando para muitos decisivamente o fator racial –, o país parece não ter conseguido alcançar – independente de qual seja o projeto político ao qual este “lugar” se vincule.

Dito isto, interessa, dentro dos limites deste texto, compreendermos como uma parcela da população negra brasileira, causa em potencial de tal ressentimento, se movimentou num

* Doutorando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da UNESP-Franca. Bolsista CAPES.

cenário no mínimo hostil e limitador de suas possibilidades de ascensão social e da configuração de um pertencimento mais amplo aos quadros nacionais idealizados pelas elites brancas com seus repertórios eugênicos e higienistas nas primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, buscamos avaliar as articulações, as estratégias e a linguagem política dos homens à frente da imprensa negra paulista, pois, compreendemos, em consonância com Zilá Bernd, que a circulação maciça dos africanos escravizados e de seus descendentes experimentada durante a modernidade na América resultou não apenas em simples mestiçagens ou sincretismos, mas sim, em processos mais complexos de hibridações culturais que, para além das questões fenotípicas, possibilitou operações transculturais que criaram “condições favoráveis à emergência de novos lugares de enunciação em oposição a um pensamento eurocentrista e etnocêntrico [...] como o único lugar abalizado de enunciação” (BERND, 2003: 20). Assim, num momento de prosperidade econômica, em que se estabeleciam diversas comunidades estrangeiras em São Paulo, graças à intensa imigração vivida em função da necessidade de substituição da mão de obra escrava, surgiam diversos espaços – associações, clubes recreativos, igrejas, por exemplo – e impressos, inclusive em suas línguas originais, que serviam para agregar esses imigrantes e para dar voz à defesa de seus interesses e à preservação de suas culturas.¹ Desse modo, muitos negros que começavam a galgar posições mais destacadas na sociedade também perceberam a grande capacidade articuladora da imprensa e decidiram criar seus próprios jornais, pois, segundo palavras de José Correia Leite, um dos líderes da comunidade negra paulistana, em 1930:

A comunidade negra tinha necessidade dessa imprensa alternativa. Não se tinha outro meio a não ser copiar o que as colônias estrangeiras faziam. O negro, de certa forma, era também uma minoria como os italianos, os alemães, os espanhóis. E todos tinham jornais e sociedades. As publicações negras davam aquelas informações que não se obtinha em outra parte. (CUTI, 1992: 23)

¹ Heloísa de Faria Cruz (1997: 23), ao analisar esse momento da cidade, considera que “fazer jornal tornou-se uma das atividades centrais” desses espaços, pois seus membros, para além de “reunir-se para dançar, formar grupos dramáticos e musicais, associações carnavalescas e esportivas” também enxergaram neles, espaços privilegiados para “para escrever e fazer imprensa”. Espaços e atividades, portanto, altamente politizados.

Conquanto já tivessem circulado no século XIX alguns periódicos que contavam com a presença de negros em seus projetos editoriais, em São Paulo, uma “imprensa negra” tal qual a concebemos, só se estabeleceria a partir de 1915 com a criação do jornal *O Menelick*.² Tal jornal, embora não tenha conseguido sobreviver para além de sua segunda edição, inaugurou uma certa estratégia discursiva comum aos outros periódicos negros que circulariam a partir de então, qual seja, o “combate” – ainda que num tom moderado – através pela palavra escrita. Até as três primeiras décadas do XX, estes periódicos destinavam-se a noticiar eventos e a vida social dos negros que frequentavam o dia a dia dos clubes e associações recreativas aos quais se filiavam. Não havia, ao menos não predominantemente, nos primeiros exemplares uma preocupação com a crítica das condições materiais em que o negro brasileiro se encontrava, o objetivo era antes demarcar o grau de civilidade e moralizar o comportamento dos negros que ascendiam socialmente, habilitando-os a compor os quadros da “boa sociedade” paulistana, pois desejavam “provar ao branco que tem sua honorabilidade, que tem sua vida mundana, que conhece as regras de polidez, em resumo, que não é um selvagem, como querem muitos” (BASTIDE, 1973: 130).³

Assim, o espaço ocupado pelo gênero crônica social, através de seções conhecidas como “Críticas”, “Fofocas” e “Mexericos” ganha relevo nos projetos políticos destes órgãos. Estas compunham o canal privilegiado pelo qual estes homens expunham os exemplos de caráter, comportamento, moral e mesmo vestuário e higiene – em conformidade com os mesmos modelos adotados pela sociedade burguesa da qual não estavam apartados – que os “homens de cor” deveriam adotar para se regenerar e esvaziar o conteúdo simbólico pejorativo repleto de suspeitas e ofensas que historicamente pesavam contra eles, tais como

² Por imprensa negra, referimo-nos a uma série de periódicos que teve lugar no século XX e compõe-se de veículos escritos e direcionados exclusivamente por e para negros, cujo teor volta-se totalmente para questões que respeitam principalmente a esta camada da população. Os redatores compunham-se de uma pequena camada negra que conseguiu ascender ao mundo letrado através de postos de baixo escalão em repartições públicas, advogados, professores, entre outros. Quanto ao *O Menelick*, seu título fazia referência ao imperador que governou a Etiópia e enfrentou as tropas italianas em suas disputas coloniais entre 1889/1907.

³ Outros trabalhos também apontaram para esta direção, entre outros: (ANDREWS, 1998; DOMINGUES, 2004; MELLO, 2005). George Andrews (1998: 130), por exemplo, avalia que “Os artigos regularmente publicados instavam os leitores a adotar a moralidade ‘moderna’: a abandonar o álcool, o jogo e outros vícios, manter o decoro público, evitar o adultério e a vida devassa, e educar seus filhos para serem comerciantes ou profissionais respeitáveis”.

aponta uma nota de *O Alfinete*: “inverterados (sic) nos vícios, de vontade enfraquecida, e de caracteres enervados” (O ALFINETE, 1918, Nº4). A expressão “homens de cor”, por seu turno, refere-se à maneira como os articulistas concebiam sua autoimagem, seu pertencimento e tentavam estabelecer laços identitários entre si e os leitores, bem como com uma comunidade negra mais ampla. Ela será recorrente nos subtítulos de muitos dos jornais negros entre 1915 e 1930: *O Menelick: orgam mensal, litterario e critico dedicado aos homens de cor* (1915); *O Bandeirante: orgam de combate em prol do reerguimento geral da classe dos homens de cor* (1918); *A Liberdade: orgam critico, literário e noticioso dedicado à classe de cor* (1919); *Getulino: órgão para a defesa dos interesses dos homens pretos* (1923-1926); entre outros. Juntam-se ainda, nos dois últimos periódicos, expressões como “classe de cor” e “homens pretos”.

Com base em literatura sobre a temática,⁴ bem como também nos apontamentos metodológicos de Reinhart Koselleck (1992; 2006), sobre a importância dos conceitos para a compreensão do processo histórico e para a efetivação de uma história social, podemos teorizar sobre a utilização de “homens de cor” na medida em que esta, concebida como conceito, é capaz de inferir um “espaço de experiência” e um “horizonte de expectativa associado a um determinado período” através dos quais se entrevê “uma função política e social desse mesmo conceito” (KOSELLECK, 2006: 104). Ou seja, a opção política pela utilização de “homens de cor”, assim como os correspondentes “homens pretos” ou “classe de cor”, carrega em torno de si a recusa da experiência escrava e das pechas do racismo científico e, conseqüentemente, dos lugares e representações impostos ao negro. Revela também a disputa pela gestação de uma nova solidariedade política e social entre aqueles homens que miravam como horizonte sua efetiva incorporação ao ideário nacional que se apresentava e que os inspirava a deixar para trás o emprego em seu vocabulário político, por

⁴ Referimo-nos a Antonio Sergio Guimarães que, ao analisar as diferentes formas pelas quais os negros foram e se referenciaram desde o século XIX, compreende que “a expressão “raça negra” não seja utilizada por quem escreve nesses jornais, mas o fato é que a expressão tem o sentido biológico do século XIX, que não é reivindicado por esses grupos sociais senão para marcar a inferioridade que lhes foi atribuída” (GUIMARÃES: 2003, 251). Para o autor, até pelo menos o fim da década de 1920, “raça negra” apareceria com sentido biológico e “homens de cor” carregaria uma conotação social.

exemplo, de expressões como “negro” ou “raça negra”. *O Alfinete*, nessa direção trazia em uma de suas notas “Nas leis psicológicas das evoluções dos povos, o papel da *raça negra*, embora seja inferior em alguns paizes como nos da África, é tão importante [...]” (O ALFINETE, 1918, N°4, grifos nossos). Por seu turno, *A Liberdade* expunha a carga negativa associada ao termo negro: “nós sabemos que a palavra *negro* é empregada como um pouco caso, ao passo que as pessoas educadas uzam da expressão ‘*morena*’ o que admitto que seja pronunciada” (A LIBERDADE, 1919, N°3, grifos nossos).

Logo, os termos “raça negra” e “negro” estariam ainda muito vinculados ao *fundo-comum* cientificista biologizante e evolucionista do século XIX. Apareceriam nas páginas daqueles jornais com um sentido negativo e de desaprovação de algum comportamento condenável para os padrões de sociabilidade que buscavam alcançar. É o caso, por exemplo, da seguinte passagem de 1920 da seção “Crítica” do *A Sentinela* em que se lê: “Com a *negras* sem vergonhas que fazem ponto entre os quatro cantos entre as ruas Silva Pinto, da Graça e Três Rios, embriagam-se e depois fazem uma algazarra dos diabo, tudo por causa de macho. Criam vergonha, suas *negras* sem cabellos” (A SENTINELA, 1920, N°2, grifos nossos). Em outro momento da mesma edição, mas ainda com o intento de uma crítica à civilidade – ou à falta desta – de certos frequentadores do Clube Recreativo Pérola do Norte, o articulista alfinetava:

Achava-se neste canto da capital, uma tal Margarida e suas companheiras que não podemos obter o nome. Mas num deboche incalculável que me obrigou fazer ver ao publico taes façanhas destas negrinhas por estes lados.

Peço para o bem das pessoas de cor, a moralidade entre os mesmos, ao contrario a “P. do Norte”, irá impor seu regimen. Por em caminho os maus. (A SENTINELA, 1920, N° 2, grifos nossos).

Negras e *negrinhas* relacionam-se a situações vexatórias, referem-se aos “maus” indivíduos que desvirtuam o caráter da população negra ao praticarem o alcoolismo, a promiscuidade e a algazarra, logo, merecem um olhar mais duro e disciplinador do articulista que, por outro lado, ao se referir àqueles cujo comportamento se enquadra na moralidade desejada, dentro do “regimen”, utiliza-se “pessoas de cor”. Lembra-nos Pierre Ansart, ao discorrer sobre a relação entre os ressentimentos e o político, que afetos e sentimentos diversos desempenham papel estruturante e reforçam a constituição das ideologias políticas como, por exemplo, o

nacionalismo de certos grupos, seitas e coletividades. Sentido no qual sugere que a “exaltação do grupo nacional fornece ao sujeito um objetivo para suas necessidades de vínculo, embasamento para sua autoestima e orgulho pessoal, ao mesmo tempo em que equilibra este vínculo pela difamação das nações rivais” (ANSART, 2001: 24-25).

Desse modo, ao compreendermos a imprensa negra como espaço de enunciação privilegiado em que um determinado grupo negociava sua participação na nacionalidade em formação e que tal atuação em momento algum pode ser compreendida como homogênea e linear, define-se um cenário de disputas internas entre os membros dos diferentes periódicos no qual, através de uma linguagem política apropriada, elegem-se aqueles dentre os próprios negros que se mostram aptos para partilhar uma nova identidade que, regenerada, poderia incorporar-se aos quadros mais amplos da comunidade nacional. Elogia-se o comportamento adequado, ao mesmo tempo em que se ressentem e difama-se outros que não servem e, ao contrário, desabonam o grupo como um todo.

Dá o caráter moralizador e prescritivo assumido por muitas falas que emanam de suas páginas a fim de moldar um negro de acordo com os preceitos modernos de sociabilidade e de se combater a circulação de

muitos homens pretos vivendo de vícios, grande número de mulheres mulambas e desgrenhadas, meninos vadios perambulando pelas ruas, ao emvez de uns procurarem trabalho honrado, outros prezarem mais os asseio e, os últimos, irem para as escolas, em as quaes nada de se paga [...].” (O BANDEIRANTE, 1918, Nº4)

Em consonância com o cenário mais amplo de formação do tipo brasileiro, o trajeto da regeneração do negro também passaria, portanto, pela adoção de medidas como a disciplina, o trabalho, o asseio, a higiene e a educação. Emergem de muitas das prescrições efetuadas pelos articulistas negros, discursos ressentidos e carregados por um certo grau de vergonha, culpa e recalque, como que tomando para a própria “classe” a responsabilidade pelas baixas condições de sua sobrevivência, como ilustra o trecho que dá sequência a passagem anteriormente citada:

[...] é nos necessário procurar, por todos os meios, elevar o caracter de nossos homens, obrigar os nossos filhos, irmãos e amigos a frequentar as escolas, incutir em o espírito de nossas filhas, irmãs ou noivas a compreensão exacta do que seja a honra e o apreço por si mesmas. É o que nos compete fazer, é este o reerguimento de nossa classe que nós compreendemos!

[...] Enquanto não se *sanear* esse mal que mencionamos, jamais alcançaremos a amplitude das considerações que almejamos. A culpa não é dos brancos, é nossa! Pois os meios estão ahí ao nosso alcance e disposição. [...].” (O BANDEIRANTE, 1918, Nº 4: 3, grifos nossos).

Dois pontos interessantes a destacar: o paternalismo vigente, pois aos homens também cabia o dever de zelar pela honra das mulheres que faziam parte da comunidade a que este discurso se dirigia; e também a utilização da expressão “sanear” uma vez que a edição veio a público na voga da campanha sanitária levada a frente pelo Estado como tentativa de erradicar os problemas higiênicos vivenciados pelo país. Se o articulista responsabilizava os próprios negros por muitos encontrarem-se em más condições, também cabia a estes tomarem para si a tarefa de conduzir seu “reerguimento” tanto moral, quanto material. Contudo, para o autor da nota, o principal obstáculo estaria na própria população negra, pois “rarissimo é aquelle que toma a serio esta questão... Só pensam muitos entre nós, a maioria infelizmente, em divertimentos e nada mais!” Lamento que se complementa com a advertência moral: “Dia virá em que o arrependimento será tarde...” (O BANDEIRANTE, 1918, Nº4: 3). Ainda assim, convocava os leitores do periódico a unirem-se e comprometerem-se com a causa negra que, no limite, configuraria também uma atitude política para o bem da pátria:

Aggremiemo nos, elevemos o nosso conceito perante todos, sejamos júzes rigorosos de nós mesmos, solidifiquemos a fraternidade que nos confunde com os brancos nascidos debaixo da Bandeira Auri-Verde; procuremos o trabalho e busquemos a luz para nossa intelligencia, pois, assim, não presenciaremos mais o espetaculo pouco edificante que hoje deparamo.

O Brasil é nossa pátria. [...] Elevar o nosso caracter, constituir família legitima e legal, crear homens de bem – é o que nos cumpre. (O BANDEIRANTE, 1918, Nº 5)

Anos mais tarde, a mudança de postura e a transformação do caráter negro em prol do “engrandecimento da pátria” apareceriam também como o mote a nortear o discurso de *O Alfinete*, em 1921:

Quando fundamos o nosso pequeno jornal [...] tínhamos e temos em mira, única e exclusivamente, combater a apathia em que vivem os homens pretos da nossa querida Paulicéa, o desamor de si mesmo e, por isso mesmo, defendel-os, concital-os, covidal-os com palavras escriptas e com conselhos oraes, para um caminho mais cheio de luz e de saber: - trabalharem para si mesmos e para os seus, para o engrandecimento da Patria, para o maior conceito do Estado de São Paulo, para maior gaudio da raça preta no Brasil e, máxime, para que esta raça seja amada e

admirada pelos estrangeiros, para honra e gloria dos Brasileiros. (O ALFINETE, 1921, Nº74)

Portanto, não havia de parte destes órgãos o desejo de ruptura com o modelo burguês – valorização da disciplina, da ordem, do trabalho, da educação, etc. – a partir do qual se projetava o nacional, ao contrário, o intento de também ser incorporado a este, se mostra latente.⁵ Os “homens de cor”, desde que superassem seus impasses internos, estariam aptos a tornarem-se “Brasileiros”. Diante disto, podemos considera-los como “sujeitos da transculturação” e concordar com Zilá Bernd quando tipifica este como sendo o elemento que “situa-se entre [pelo menos] dois mundos, duas culturas, duas línguas e duas definições da subjetividade, realizando vaivens constantes entre elas” (BERND, 2003: 23). Desse modo, o caráter moralizador e a vigilância sobre os hábitos desta comunidade se mostraria prática comum nos salões de seus clubes recreativos e ganharia relevo nas falas dos redatores desta imprensa que funcionaria como um dispositivo para se regular o grau de civilidade atingido pelos seus membros que teriam o comportamento e o “amor à Pátria” constantemente mensurados pelos redatores.

Como já dito, a maioria dos jornais surgiram de grupos que tinham por lugar sociedades recreativas e o olhar lançado sobre os frequentadores revelava além do tipo de conduta esperada para o “homem de cor”, uma crítica velada à falta de capacidade associativa para coisas consideradas “úteis” – como hospitais de ajuda mútua, por exemplo – que impedia o fortalecimento de laços mais firmes entre a comunidade negra da São Paulo do período, pois, nos dizeres de *O Alfinete*, “estes benefícios têm um certo rigor de ordem que não convém” àqueles que só se habituaram às diversões. A necessidade de ordem e de “seriedade” nos grêmios recreativos apareceria também nas recomendações do articulista de *O Kosmos* em 1921, que solicitava ao presidente do clube que levava o mesmo nome do periódico, sobretudo em relação aos jovens que ali frequentavam que não transformassem aquele ambiente em mero “salão de diversões, onde senhoras e cavalheiros se entregavam ao prazer

⁵ Petrônio Domingues (2004) vai mais fundo nesta questão e assinala que os homens que escreviam nestes órgãos compunham-se de uma pequena “elite negra”, descendente de “negros da casa grande”, que aceitaram tacitamente as ideias do branqueamento e vislumbravam-no como caminho necessário para sua inserção no *status quo*.

das dansas simplesmente”, imperativo era que o recinto fosse considerado como “uma sala de discussões [...] de uma reunião toda familiar, o teatro das paixões políticas quando os princípios que nos regem demandam silêncio e respeito às leis sociaes” (O KOSMOS, 1922, Nº 3, grifos nossos).

Os comportamentos “desviantes” do padrão de ordem que se buscava não eram poupados de críticas e recomendações. Foi o caso, por exemplo, do ocorrido com o maestro “Sr. Benedicto Vianna”, advertido abertamente pela coluna “Críticas” de *A Liberdade*, que não perdoou seu vício em álcool e satirizou: “[...] tem medo de morrer, toma todas as noites no Largo do Piques, um copo de leite com pinga” (A LIBERDADE, 1919, Nº3). Outra prática condenada por este jornal era o adultério e, desta vez, a vítima de sua patrulha moral foi uma certa “Izaura do Carmo” que, na mesma seção, era acusada de “ter levado uma surra na porta do quartel do 5º, por causa de namorar marido dos outros” (A LIBERDADE, 1919, Nº3). Na edição seguinte, a tal mulher ainda seria lembrada jocosamente pelo redator de “Críticas” por “ter arranjado um novo marido no domingo a noite na Rua Quintino Bocayuva, e a mulher deste não sabe!” (A LIBERDADE, 1919, Nº4).

Por sinal, a conduta da mulher foi alvo privilegiado das preocupações destes redatores que, por sua vez, teceriam suas críticas com o intuito de demarcar a dignidade de certos hábitos e espaços em que esta circulava. Um baile de maxixe realizado no Largo do Payssandú, por exemplo, foi reprovado pelo *O Alfinete*, pois aquele ambiente era considerado vulgar e as mulheres da “classe” poderiam ser “seduzidas” causando, segundo o redator, “nossa vergonha e a nossa raça ficar completamente desmoralizada” (O ALFINETE, 1918, Nº4). As frequentadoras dos maxixes também sofreriam com as críticas dos redatores do *A Liberdade* que, em nome da ordem e do respeito, tomavam a frente numa campanha moralizadora dos grêmios:

As sociedades recreativas, que queiram a sua boa ordem e respeito nas suas sociedades durante os ensaios, não devem aceitar como sócias e convidadas, as senhoras que tem dançado maxixe no Colombo.

No próximo numero, A Liberdade vai encetar a sua campanha contra este pessoal e dando a noticia da Sociedade onde dança a dama e seu nome e residência. (A LIBERDADE, 1919, Nº1)

A vaidade e o vestuário das frequentadoras das sociedades recreativas também mereceu o crivo dos articulistas. Em 1922, *O Kosmos* desaprovava certos hábitos femininos ao mesmo tempo em que apresentava seu modelo idealizado de mulher:

Diariamente os jornaes criticam justa e benevolentemente o actual exagero da moda, que em geral, as senhoras adoptam nos seus vestuários, prejudicando assim: a moral e o physico. São bem desnecessários os decotes descomunaes, os braços nus, a demasiada pintura, que forçosamente virá estragar a belleza natural feminina.

[...] o recato e o pudor, davam melhor brilho e belleza feminil; a modéstia concorria para o encanto irresistível da mulher.

[...] Se todas reflectissem, não adoptando os trajas berrantes e gestos desabridos, haverá do sexo forte mais respeito e os seus encantos não seriam severamente ultrajados pela crítica. A mulher por si só predomina o homem com a esthetica da sua beleza! (O KOSMOS, 1922, Nº6)

Logo, em consonância com os padrões de moral burgueses vigentes, a mulher negra para ser considerada uma boa senhora e conquistar o respeito dos homens a frente do periódico, seria aquela com uma conduta recatada, honesta, discreta, modesta, honrada, educada – não no sentido de instruída, pois o domínio das letras ainda mostrava-se mais ligado ao mundo masculino –, submissa e que soubesse se portar nos eventos sociais dos grêmios recreativos para não manchar a reputação daquelas sociedades e, num sentido mais amplo, da própria população negra. Cabia às diretorias dos clubes a efetivação destes anseios, pois – como cobrava uma nota de *O Alfinete* – somente através dos estatutos de cada um, se regulamentaria a proibição do “ingresso de certas damas que, além de serem alegres demais, trazem más consequências à sociedade e às pessoas que allí vão” (O ALFINETE, 1921, Nº 74).

Como tentativa de desconstruir uma imagem destes clubes como espaços apenas de diversão e bailes recreativos, e de representações dos negros como pouco dados ao “cultivo intellectual”, alguns articulistas reivindicavam uma atuação mais dedicada à educação, através da utilização daqueles locais como escolas, bibliotecas, salas de leitura e saraus literários. Assim, uma edição de *O Alfinete* de 1919 propunha:

Pensamos que as Sociedades, como ponto de reunião familiar, não devem ser formadas unicamente para dançar; precisamos progredir... Precisamos mostrar que

não é somente One-steps, ragtime e picadinho que sabemos cultivar; também sentimos amor e boa vontade para as coisas instructivas: os bons livros de literatura e moral. (O ALFINETE, 1919, Nº 8)

Contudo, as tentativas nesse caminho parecem não ter atingido grande êxito e, ao apontar a causa principal para o fracasso, o articulista adota um tom de culpa da própria “classe”, aparecendo novamente a figura – *lugar-comum* – do negro desinteressado pelas “coisas úteis” do espírito posto que mais dado às diversões “mundanas” e em desarranjo com o ideal de progresso tão decantado à época:

*[...] quando o Kosmos inaugurou uma pequena biblioteca, teve de pedir o seu fechamento por falta de leitores, notando-se que os sócios e mesmo o Gremio não fazia despeza alguma com a manutenção da mesma; poderia obter entretanto tudo, si todas as Sociedades incutir no espírito de seus associados, esse **princípio de progresso**, fazendo com que os associados adquirissem amor pelas cousas úteis; por quanto não é raro se encontrar grande número de rapazes, que infelizmente exibem 5 ou 6 recibos de sociedades dançantes ... (O ALFINETE, 1919, Nº 8: 2, grifos nossos)*

Filiados ao “princípio do progresso”, estes órgãos da imprensa negra construíram narrativas em que suas expectativas de inserção na nacionalidade, entendida em termos do seu “reerguimento moral”, passariam obrigatoriamente pela valorização do trabalho e, uma vez que também se moldavam enquanto homens de letras, na capacidade regeneradora da educação e na valorização da palavra, pois apenas através desta os “homens de cor” conseguiriam libertar-se “da escravidão da ignorância e das paixões baixas, substituindo o império das sensações e dos instintos pelo da razão”. Conseguiriam, ainda, a um só tempo, uma melhoria material de suas condições de vida ao alcançar bons postos de serviço no comércio e nas repartições públicas graças a “uma educação e uma preparação prolongada das faculdades humanas” que, por sua vez, também atuaria na “libertação physica pela limitação dos appetites; libertação intelectual pela conquista intellectual pela conquista da verdade e libertação moral pela procura da virtude” (A SENTINELA, 1920, Nº1).

Aliado ao trabalho e à educação, neste discurso moralizador do “reerguimento dos homens de cor”, a religiosidade recebeu espaço privilegiado nas páginas destes veículos, contudo, apenas às manifestações ligadas ao catolicismo caberiam visões positivas. Assim,

são recorrentes as referências a santos católicos e há grande espaço destinado nas notas sociais e nos mexericos a missas – inclusive de sétimos dias –, casamentos e batizados. *A Liberdade*, por exemplo, apresentava a coluna “Cousas da Igreja”, cujo conteúdo além de noticiar os acontecimentos das paróquias, trazia ensinamentos em tom de sermões para a reflexão dos leitores. Obviamente, havia a clara tentativa de romper com quaisquer reminiscências a africanismos, afinal, em função do discurso racista e higienista vigente, estas deporiam contra a posituação da imagem necessária ao projeto “reerguimento da classe”. Entre as práticas criticadas por remeterem à África, estavam o batuque e a capoeira. A presença da última por sinal foi criticada em uma nota de *A Liberdade* e, o articulista, em tom de denúncia advertia: “Vi, ouvi e não falei de um representante que estava jogando capoeiragem” que, além de não ser “bonito”, atentava contra as “sociedades com fóros de civilizadas” (A LIBERDADE, 1919, Nº8).

Nos projetos de identidade nacional enunciado nas páginas destes periódicos há uma clara recusa a qualquer traço que identificasse os “homens de cor” a uma ancestralidade que remontasse àquele continente e, em muitos momentos, corrobora-se com os ideais evolucionistas que equacionavam a África à barbárie, ao exótico e ao atraso intelectual, moral e material. No ano de 1918, o periódico *O Alfinete* trazia logo no parágrafo inicial de seu editorial, uma linguagem ainda colada ao evolucionismo oitocentista: “Nas leis psicológicas das evoluções dos povos, o papel da raça negra, embora seja inferior em alguns países como nos da África, é tão importante e marcha em igualdade de condições moral e intelectual quanto as outras raças” (O ALFINETE, 1918, Nº 2). No mesmo ano, *O Bandeirante* apresentava um artigo intitulado “O inferno material” cujo teor descreve um território “infestado de animais ferozes e peçonhentos, tais como: a Panthera, o Leão, o Tigre, a Hyena profanadora dos cemitérios, a Vibora, a mosca infeccionadora de inúmeros males e variadas as espécies de parasitas”, ou seja, “em resumo o inferno material em que o homem vive!” (O BANDEIRANTE, 1918, Nº 3). Anos mais tarde, numa edição do jornal *O Clarim da Alvorada*, a África também apareceria caricaturalmente:

Não existe outro [continente] mais curioso, em todos os reinos da natureza. [...] Tudo ali é grande e disforme. Os seus elefantes intermináveis, os tubarões monstros da costa do Atlântico, os seus homens disformes pelos exercícios

necessários, as preces aos deuses do culto bárbaro, transformam o continente em centro da curiosidade dos naturalistas, que procuram raridades para seus museus. (O CLARIM DA ALVORADA, 1926, Nº25)

A imagem de um continente exótico e atrasado também marcaria o distanciamento reivindicado na relação entre África/africano e os negros do Brasil de então no projeto de nacionalidade enunciado nas páginas de *O Getulino* em 1924:

Que vá para a África, expulse, se puder, os donos daquela ‘pinóia’, banque o domador de feras, aprenda o idioma indígena, ou faça prevalecer o seu, vista uma tanga ou faça com que o preto indígena vista casaca e as pretinhas, também indígenas, usem pó de arroz e carmim, ou que as que vão metam-se em tangas...

[...] a África é para os africanos ainda vá.

[...] Ora, podendo-se lavar os pés, na bacia que é logar proprio, é asneira descer-se as ribeiras.

[...] A África é para os africanos, meu nego. Foi para o teu bisavô cujos ossos, a esta hora à terra reverteram e em pó se tornaram.

A África é para quem não teve o trabalho de cultivar e dar vitalidade a um imenso país como este. A África é para quem quiser, menos para nós, isto é, para os negros do Brasil que no Brasil nasceram, criaram e multiplicaram. Nem por brincadeira, se pense que negro brasileiro faça alguma coisa que preste em África. [...]

O que faria em África essa minoria alfabetizada em meio a esse colosso de gente sem instrução? O que faria em África essa gente sem dinheiro? (O GETULINO, 1924, Nº 27)

A distância entre o “homem de côr” concebido pela narrativa do *Getulino*, como dos outros órgãos analisados, dá-se não só pelo tempo que separa este e os antepassados para cá trazidos como escravos há muito, afirma-se, isto sim, pela demarcação da diferença entre o grau de moralidade que este julga portar e que o coloca em condição superior aos africanos que ainda se encontrariam em meio selvagem e carente de instrução. Interessante a alegoria a demarcar nitidamente os dois mundos descritos: o “homem de cor”, portador dos princípios higienistas modernos, lavando-se adequadamente em bacia; ao passo que o africano, misturado e confundido com a própria natureza selvagem, servindo-se ainda das ribeiras.

É, pois, deste conflito entre dois mundos – retomando Bernd (2003) –, um que se volta para a recusa e o silenciamento de possíveis origens africanas indesejadas e outro que se apresenta no porvir, por fazer, moderno e progressista – desde que o indivíduo se moralize –, que surgiria a brasilidade proposta pelos “homens de côr” responsáveis por estas páginas negras entre 1915 e meados da década de 1920. Origem e comportamentos que precisam ser

negados, para que a outra pertença se efetive enquanto projeto político com vistas a uma identidade e à cidadania. Sentido no qual são enfáticas as bases do patriotismo proposto pelo *O Bandeirante*:

Si nossos antepassados tiveram por berço a terra africana, é preciso que se note, nós temos por berço e Pátria este grande Paíz [...] Não somos africanos, somos brasileiros!

[...] O que devemos fazer é isso e mais o seguinte:

Não pretender perpetuar a nossa raça, mas, sim, infiltrarmo-nos em o seio da raça privilegiada – a branca, pois repetimos, não somos africanos, mas puramente brasileiros.

*Para isto conseguirmos mais rapidamente, é nos necessário procurar, por todos os meios, **eleva o caracter de nossos homens**, obrigar nossos filhos, irmãos e amigos a frequentar escolas, inculcar em o espírito de nossas filhas, irmãs ou noivas a compreensão exacta do que seja a honra e o apreço por si mesmas. É este o reerguimento de nossa classe que nós compreendemos. (O BANDEIRANTE, Nº 3, 1918, grifos nossos)*

Portanto, estes “homens de côr” buscavam sentir-se e serem reconhecidos como brasileiros e, para isso, lançavam mão de narrativas históricas e de memórias com as quais vinculam a seus antepassados não os males de origem da nação – como tantos interpretes coetâneos quiseram –, muito ao contrário, apropriam-se de uma leitura que identifica na atuação da “classe” no passado as razões para o fortalecimento “desta formidável nação de mares, serras e valles: berço de um povo heroico que tem a sua grandeza cimentada com o sangue dos nossos avós, com o suor” daqueles que “aqui viveram illuminando a historia da pátria com o seu secular martyrio” dos quais eram herdeiros e pelos quais deveriam continuar concorrendo com o melhor de suas “energias para o engrandecimento dessa mesma história!” (O KOSMOS, 1922, Nº2). Permeando os laços identitários que tentavam forjar, o discurso destes periódicos também mostra tentativas de pertencimento ligando-se a um certo ressentimento pelas humilhações sofridas no passado e que ainda persistiam nas relações cotidianas travadas com a “raça privilegiada”. Ressentimento que se mostra evidente na passagem de *O Alfinete* de 1921:

Em matéria de nacionalismo puro, de nacionalismo verdadeiramente cívico, se ama prejudiciaes cores do Jacobinismo condenável, ninguém terá mais a reclamar que a raça infeliz a que pertencemos.

Apesar dos seus feitos, porém e do muito que a essa raça deve a nação, vivem os seus membros espesinhados pela sociedade e torturados pela critica.

Parece que ser preto neste paiz, é um defeito moral!

É assim que vivemos neste meio que foi formado e regado com o suor dos nossos maiores; é assim que vivemos nesta terra onde tudo se nos negam, desde os direitos políticos-sociaes até a entrada em certas e determinadas congregações religiosas!

A sociedade nos odeia, o povo branco nos persegue e a religião nos exclue de seu completo patrimônio espiritual!!

Para todos existem aqui corações, venham elles até da China, para o desgraçado que teve a infelicidade de nascer escuro só há uma sentença: é preto. (O ALFINETE, 1921, Nº 77: 2, grifos nossos)

Ainda que presente, a tônica do ressentimento não foi predominante nas falas desta imprensa alternativa, ao menos não neste momento. Os sentimentos de culpa e de vergonha parecem ter desempenhado papel mais estruturante e mobilizador em direção ao tal “reerguimento” moral do negro. A despeito da força emotiva de denúncias como as citadas na passagem acima – além de outras como, por exemplo, contra a perseguição que sofriam pela polícia –, no “nacionalismo” um tanto ufanista concebido pela maioria das vozes presentes nestes jornais também havia espaço para a celebração de um país em que as diferentes raças encontrariam certo espaço de mobilidade e, diferentemente do que acontecia com os “irmãos de cor dos E.U.A.”, desde que regenerados e adotando a ordem, o trabalho e a educação como guias, o “homem de côr” teria a possibilidade de também fazer parte dos quadros de “repartições públicas”, “das casas mais importantes de commercio”, ingressar nas mesmas “Academias onde o branco estuda” e “gozar dos mesmos direitos que aquele”, já que também seria um “cidadão brasileiro” (O BANDEIRANTE, 1918, Nº3). Para tanto, aqueles indivíduos teriam que romper com uma certa apatia e falta de gosto pelo trabalho e pela instrução, *lugares-comuns* que revelavam o tom de culpa de alguns redatores. Teriam também que moralizar suas sociabilidades desviando de práticas e comportamentos com os quais eram contrapostos aos padrões de civilidade em voga e geravam certa vergonha nas falas dos articulistas. Trajetória que se evidencia nitidamente no projeto político assumido pelo *A Liberdade*:

A liberdade e a responsabilidade são correlativas ao ser e augmentam com sua elevação; é a responsabilidade do homem que faz sua dignidade e moralidade. Sem Ella, não seria mais que um autômato, um juguete nas forças ambientes. A noção de moralidade é companheira inseparável da liberdade.

[...] Para todo espírito, por pequeno que seja seu grau de evolução, a Lei do dever brilha como um farol, através das paixões e interesses. (A LIBERDADE, 1920, Nº12).

Para concluir, Tânia de Luca, ao avaliar esta mesma época, assinala que circulava entre a intelectualidade do país um evidente “afã de banir o negro do cenário nacional”, este deveria desaparecer de cena em nome de um “desejo de invisibilidade” que “não era apenas físico, mas também psicológico” (LUCA, 1999: 172). Em certa medida, podemos afirmar que o mesmo afã povoou o imaginário dos redatores dos periódicos ora analisados, todavia, o negro que desejavam eliminar era aquele estigmatizado pelos *lugares-comuns* atribuídos pelo discurso cientificista em voga. Como se eliminando certas práticas e comportamentos, ocorresse uma espécie de exorcização de todos os males que trazia de sua origem. Sujeitos transculturais, portanto, estes homens desejavam criar uma cultura negra filtrada pelos mesmos padrões morais valorizados pelas elites brancas do país. O intento não era tornarem-se brancos – como uma parte da literatura sobre o tema propôs –, antes sim, reerguer-se moralmente afirmando laços étnicos próprios ao grupo e, deste modo, capacitá-lo a também participar em igualdade de condições com os demais grupos para a afirmação de uma identidade nacional. O discurso enunciado por estes jornais negros revela um claro impasse entre a afirmação de sua identidade racial – afirmando-se enquanto “homens de côr”– e também brasileira. Não haveria, portanto, a negação ao pertencimento da “classe de côr”, e sim, articulações e (res)significações dos próprios negros ao quadros do ideário nacional em curso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

Jornais da Imprensa Negra

A LIBERDADE, 1919, ano 1, Nº 8.

A LIBERDADE, 1919, ano 1, Nº 3.

A LIBERDADE, 1919, ano 1, Nº 4.

A LIBERDADE, 1920, ano 2, Nº 12.

- A *SENTINELA*, 1920, ano 1, Nº 2.
O *ALFINETE*, 1918, ano 1, Nº 4.
O *ALFINETE*, 1919, ano 2, Nº 8.
O *ALFINETE*, 1921, ano 2, Nº 30.
O *ALFINETE*, 1921, ano 2, Nº 74.
O *BANDEIRANTE*, 1918, ano 1, Nº 3.
O *BANDEIRANTE*, 1918, ano 1, Nº4.
O *BANDEIRANTE*, 1918, ano1, Nº 5.
O *CLARIM DA ALVORADA*, 1926, Nº25.
O *GETULINO*, 1924, ano 1, Nº 27.
O *KOSMOS*, 1922, ano 1, Nº 3.
O *KOSMOS*, 1922, ano 1, Nº 6.

Geral

ANDREWS, George R. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: Edusc, 1998.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, M. Stella e NAXARA, Márcia (Orgs.) *Memória e (res)sentimentos: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed.Unicamp, 2001. P.15-35.

BASTIDE, Roger. A imprensa negra no estado de São Paulo. In: *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973. p.129-156.

BERND, Zilé. Os deslocamentos conceituais da transculturação. In: BERND, Zilé (Org.). *Americanidade e transferências culturais*. Porto Alegre: Movimento, 2003. p.17-25.

BRESCIANI, M. Stella. Identidades inconclusas no Brasil do século XX – fundamentos de um lugar-comum. In: BRESCIANI, M. Stella e NAXARA, Márcia (Orgs.) *Memória e (res)sentimentos: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed.Unicamp, 2001. p.403-426.

CRUZ, Heloisa de F. *São Paulo em revista: catálogo de publicações da imprensa cultural e de variedade paulistana (1870-1930)*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997.

CUTI, Luis Silva. *E disse o velho militante José Correia Leite*. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

DOMINGUES, Petrônio. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: SENAC, 2005.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus, 1965.

GUIMARÃES, Antonio S. Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro. In: *Afro-Ásia*, vol. 29/30, 2003, 247-269.

KOSELLECK, R. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro. Editora PUC-Rio, 2006.

_____. Uma historia dos conceitos – problemas teóricos e práticos. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p.134-146.

LUCA, Tânia R. de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Edunesp, 1999. (Prismas)

MELLO, Marina Pereira. “*Não somos africanos... somos brasileiros...*” Povo negro, imigrantismo e identidade paulistana nos discursos da imprensa negra e da imprensa dos imigrantes (1900-1924) – dissensões e integrações. 2005. 264 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – USP, São Paulo, 2005.

OLIVA, Anderson R. A invenção da África no Brasil: os africanos diante dos imaginários e dos discursos brasileiros dos séculos XIX e XX. In: *África e africanidades*, São Paulo, Nº4, fev. 2009. Disponível em:

< <http://www.africaeaficanidades.com/edicao4.html>>. Acesso em: 20 mar. 2011.